

EGRESSOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE A PARTIR DE DISSERTAÇÕES

Geisibeli Rosa Rodrigues Salu¹

RESUMO

O presente artigo, intitulado "Egressos da Educação de Jovens e Adultos na educação superior: uma análise a partir de dissertações" propõe como objetivo de pesquisa analisar dissertações sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na educação superior. O objetivo geral deste trabalho é analisar o que as pesquisas ecoam sobre a relação dos egressos da EJA e a continuidade ou descontinuidade desse público nos estudos. O ingresso desses sujeitos nas instituições públicas ou privadas, em grande parte, tem sido ampliado por programas e ações que visam garantir o acesso à educação para todos. Contudo, o desnivelamento de oportunidades corrobora para acentuação das desigualdades sociais, impactando diretamente nas condições de acesso e permanência na educação superior. Para isso, a investigação conta com a análise de cinco dissertações, selecionadas no banco de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. A metodologia utilizada neste estudo foi pesquisa bibliográfica e documental, além disso, a natureza desse trabalho foi definida como exploratória-descritiva. Como resultados, identificamos que as dissertações sinalizam sobre a necessidade de ações e políticas que garantam não somente o acesso, mas, sobretudo, a permanência na educação superior, uma vez que, ainda há condições que precisam ser reorganizadas e que contribuem com a descontinuidade dos estudos de egressos da EJA. A estrutura educacional necessita urgentemente de um olhar mais atento às especificidades das camadas populares, sobretudo para com os alunos desta modalidade.

Palavras chaves: Educação de Jovens e Adultos; Acesso; Permanência; Educação Superior; Egressos;

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia - Faculdade de Educação (FAED), Fundação Universidade Federal Mato Grosso do Sul (UFMS). Email: Geisibeli.salu@ufms.br. Orientadora: Prof^a Dr^a Carina Elisabeth Maciel.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar dissertações sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na educação superior, destacando o que as publicações ecoam sobre este tema. Ainda que haja programas e ações que buscam flexibilizar o acesso à educação superior, em instituições públicas e privadas, as desigualdades sociais persistem, inviabilizando, principalmente, a permanência e, sobretudo, a conclusão dessa etapa. O estudo analisou cinco dissertações coletadas na base de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com uma abordagem exploratória-descritiva.

A princípio, a motivação para explorar essa temática deu-se após a realização de uma das únicas disciplinas obrigatórias, que trabalha o tema abordado, ofertada no 5º semestre, no curso de pedagogia, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Iniciei, então, uma caminhada na área que deu sentido à docência em minha vida. Realizei disciplinas optativas e núcleos de aprofundamento, a fim de me aprofundar nas especificidades da Educação de Jovens e Adultos e compreender o sentido da modalidade. Por fim, decidi encerrar meu percurso dentro da graduação estendendo minha escolha inicial até ao encerramento da minha última pesquisa enquanto graduanda.

A metodologia utilizada para a elaboração deste estudo foi pesquisa bibliográfica e documental, além disso, a natureza desse trabalho foi definida como exploratória-descritiva.

O caminho metodológico percorrido abrangeu as seguintes etapas: a) revisão bibliográfica; b) análise e seleção das dissertações encontradas na BDTD. Inicialmente, para o desenvolvimento da pesquisa, percorremos por algumas dissertações que se relacionavam com a educação de jovens e adultos, visando, especialmente, identificar pesquisas que abordassem a transição, a continuidade ou a descontinuidade dos estudos de egressos da EJA. Para isso, utilizamos como descritores as palavras chaves: Educação de Jovens e Adultos; Educação Superior; Egressos; EJA. Como resultado, foram localizadas 31 dissertações acadêmicas.

O critério de escolhas das dissertações partiu, prioritariamente, da análise dos títulos e resumos das publicações e, quando necessário, pela investigação mais aprofundada da introdução e sumário, com objetivo de identificar conteúdos em

comum com o tema da pesquisa. Contudo, a maior parte das produções, não condizia com o objetivo do estudo, uma vez que eram localizados estudos duplicados; formação inicial de professores; programas de alfabetização; formação continuada e educação profissional. E, por isso, das 30 dissertações localizadas, após uma minuciosa análise de exclusão e inclusão, selecionamos 5 para exploração e aprofundamento.

Para a edificação da pesquisa, estruturamos o texto indicando na introdução os caminhos percorridos para a realização do estudo. No item 2, realizamos recortes históricos sobre o desenvolvimento da EJA, a fim de compreender o percurso da modalidade no Brasil. No item 3, analisamos as dissertações que foram selecionadas para esta pesquisa, buscando identificar o que as produções destacavam sobre o tema. Por fim, no item 4, apresentamos as considerações finais.

2. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A educação, em um contexto geral, é compreendida como um processo sistemático de ações intencionais que visa o compartilhamento de conhecimentos, valores, habilidade e competências entre determinado grupo. Ela, sobretudo, transcende os limites das instituições formais de ensino, como as instituições escolares, estendendo-se também a contextos sociais, culturais e econômicos. Apesar de a educação objetivar e buscar promover o desenvolvimento intelectual, emocional e moral dos indivíduos, ainda há uma série de fatores enraizados em sua estrutura que percorrem os muros escolares, comprometendo, desse modo, a capacidade de oportunizar um desenvolvimento integral, que leve em consideração todas as especificidades dos educandos.

A educação é um direito humano fundamental e essencial para o exercício de todos os direitos. Mesmo assim, existem ainda cerca de 781 milhões de analfabetos no mundo, e cerca de 58 milhões de crianças ainda se encontram fora da escola primária, e muitos jovens e mulheres e homens adultos continuam sem aprender o que precisam para dirigir suas vidas com saúde e dignidade. Devido a uma combinação de fatores - como pobreza, disparidade de gênero, isolamento geográfico e situação da minoria - a qualidade da educação é um sonho distante para muitos, sobretudo para meninas de famílias pobres de áreas rurais. Elas estão entre as crianças que enfrentam as maiores barreiras de acesso à educação. (UNESCO, 2017, *apud*, Rocha, 2022, pág.25)

A acentuação dessas desigualdades sociais impacta diretamente nas condições de acesso à escola e, em muitos casos, na continuidade do percurso escolar. Crianças e jovens, socioeconomicamente desfavorecidos, têm a necessidade de trabalhar desde muito cedo para manter-se ou complementar a renda familiar e, em decorrência dessa realidade, surgem obstáculos que impedem e/ou dificultam o seu progresso acadêmico e permanência na vida escolar.

Na Eja, a oferta do ensino noturno; o despreparo profissional; o sucateamento das instituições; a baixa remuneração; a invisibilidade; a falta de iniciativas e o pouco suporte que eles tem, corroboram para que, posteriormente, esses jovens não consigam sair dessa zona de exclusão.

Diante desse panorama acerca da educação e suas infinitas particularidades, empreendemos uma análise contextualizada sobre o percurso de uma das modalidades da educação básica no Brasil, destinada a jovens e adultos. Direcionamos essa primeira etapa, delimitando recortes históricos da EJA que edificaram a história da modalidade. Em seguida, buscaremos definir, de fato, o que é a Educação de Jovens e Adultos e a quem ela se destina.

Na estrutura sócio-educacional brasileira, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é marcada por um contexto histórico de marginalização, exclusão e negligência desde o Brasil Colônia. Com a chegada dos Jesuítas, a educação assume-se como um instrumento segregacionista, destinada apenas para uma parcela restrita da população, predominantemente ligada à elite colonial. Em contrapartida, para a outra parcela da população, as práticas educacionais eram difundidas ao catolicismo, onde a ênfase da educação colonial estava centrada na catequese e na doutrina religiosa, visando converter os povos nativos ao cristianismo.

A partir da promulgação da primeira Constituição, conhecida como “Constituição Política do Império do Brasil”, em 1824, elaborada pelo Conselho de Estado e sancionada pelo Imperador Dom Pedro I, a educação primária foi formalmente reconhecida como um direito fundamental. Nesse cenário, com a expansão da educação primária, a população adulta também foi incluída, para Bisinella (2016, pág. 46), “A promulgação de direitos à educação se evidencia ao

final do império, antes da República, quando 82% da população acima de cinco anos era analfabeta”.

Em 1891, a Constituição republicana estabeleceu a exclusão da participação no direito ao voto de adultos analfabetos, e esse fato dá-se justamente em um momento em que a maioria da população adulta era iletrada. Ainda nessa conjuntura, a Constituição vigente estabelece a responsabilidade da educação pública primária aos municípios. Enquanto a educação secundária e superior ficaria sob responsabilidade da União.

No ano de 1930, com o advento do Estado Novo, surgiu uma nova perspectiva em relação ao contexto educacional, uma vez que a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, datada de 16 de julho de 1934, estabeleceu a obrigação da União em instituir diretrizes para a Educação, por meio do Plano Nacional de Educação. Essas diretrizes visavam definir responsabilidades e criar estruturas operacionais para a implementação do sistema educacional. (Bisinella, 2016).

Sucedeu, então, a partir dessa regulamentação, a emergência de um olhar para a necessidade da educação destinada aos adultos. Embora a passos lentos, a EJA passa a receber, ainda que insuficientes, recursos para a ampliação da educação primária, que contemplasse jovens e adultos.

Em 1947, foi realizado o 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos, evidenciando, mais uma vez, a urgência e necessidade de olhar mais atento a essa camada da população. Nesse mesmo ano iniciou a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos que permaneceu até o final da década de 50. Com todos esses esforços, o índice de analfabetismo caiu para 46%. (Bisinella, 2016).

No decorrer da administração de Juscelino Kubitschek (1956-1961), a Educação de Jovens e Adultos teve bastante destaque no Brasil, notadamente em meio a um período de expansão econômica. Paralelamente, surge um novo olhar para as práticas pedagógicas direcionadas aos adultos, uma vez que, adultos não alfabetizados eram vistos como imaturos.

O período entre 1959 a 1964, foi extremamente importante para programas, movimentos e campanhas voltados à educação de jovens e adultos. A participação do renomado Paulo Freire também se fez muito presente no Movimento de Cultura

Popular (MCP), que se destacava pelas atividades voltadas à alfabetização de adultos trabalhadores, através de programas de rádio.

De acordo com Bisinella (2016, pág. 49-50), em 1962, Freire foi convidado a atuar no projeto “Quarenta Horas de Angicos”. O objetivo era criar um espaço capaz de alfabetizar 380 trabalhadores, residentes da cidade de Angicos/RN. O projeto obteve muito sucesso e, conseqüentemente, gerou muitos comentários. Freire perspectiva por uma educação crítica e emancipatória, buscando educar esses jovens e adultos a partir de uma visão de mundo e, principalmente, da própria realidade.

Em 1964, com o Golpe Militar, o pouco progresso que havia sido conquistado pelos movimentos foi proibido e, conseqüentemente, censurado. A política, mais uma vez, ligada diretamente ao sistema educacional, definiu novos caminhos para a EJA, trazendo retrocesso ao caminho percorrido. A educação que antes tinha como foco a politização, idealizada por Freire, agora voltará para a qualificação profissional.

A educação, então, passa a contemplar interesses de um grupo dominante, a fim de exercer controle e oprimir os trabalhadores analfabetos. Ainda nessa esfera, o supletivo, em estreita correlação com os paradigmas econômicos e políticos vigentes, passa a priorizar, exclusivamente, a mão de obra qualificada, para atender a demanda industrial.

Os anos que se seguiram foram marcados pela falta de recursos. A partir de 1985, com a nova organização social, surge a redemocratização do ensino, com novas propostas para a EJA, no entanto, não houve sucesso, pois não haviam recursos suficientes.

Em 1988, a aprovação da nova Constituição Federal garante, do ponto de vista jurídico, a educação para os jovens e adultos. No entanto, persistem diversas contradições nessa afirmação, uma vez que, embora a educação desses jovens tenha se tornado um direito formal, por outro lado é evidente a negação por parte das políticas públicas.

Em 1996, com a reformulação da Lei de Diretrizes e Bases, no governo de Fernando Henrique Cardoso, houve a reafirmação da responsabilidade pública sobre a oferta da EJA, enquanto parte do ensino básico.

Os anos subsequentes desempenharam um papel significativo no progresso da Educação de Jovens e Adultos. Ainda que, a passos lentos, foram criados programas, leis, movimentos populares e iniciativas privadas com o objetivo de reparar os danos causados. A ênfase no alto índice do analfabetismo e, conseqüentemente, a erradicação do mesmo, e a promoção da continuidade da educação dos jovens e adultos, são questões que ainda são discutidas até hoje.

Percebemos então, diante desses recortes históricos, que a trajetória da educação de jovens e adultos, enquanto modalidade da educação básica, é marcada por um processo tardio e, muitas vezes, tumultuado. O público-alvo dessa modalidade, composto exclusivamente por indivíduos pertencentes às classes populares, enfrenta diariamente a visão estereotipada imposta socialmente, de marginalização e incompetência, além de carregar consigo o fardo das negações e negligências socialmente constituídas.

Branco, ricos e burgueses representavam os padrões elitizados que tinham acesso à mais alta classe da etiqueta, o mais rico pensamento filosófico e um latim elogiável. A cultura do domínio, seja ele social, político ou econômico, impediu que classes marginalizadas tivessem acesso à aprendizagem. Essa cultura é algo que vem se alastrando há séculos, com o domínio permeado ao longo do tempo, formando colônias escravizadas e pessoas vistas como indignas, sem o direito de lerem, aprenderem, trabalharem, se divertirem e de serem livres. (Mendes, 2022, pág. 42-43)

Ou seja, é uma cultura caracterizada por desafios e negações persistentes em relação ao acesso e à qualidade educacional para jovens e adultos excluídos socialmente. Além disso, é possível perceber o grande afastamento dos órgãos públicos da responsabilidade no que diz respeito à educação desses sujeitos.

Contudo, a partir da análise desses recortes, voltamos às questões de origem. Primeiro, o que é a Educação de Jovens e Adultos?

A educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que possibilita aos sujeitos a continuidade e/ou retorno aos estudos para aqueles que não tiveram a oportunidade na idade própria, visando também melhorar sua qualidade de vida, seja para fins profissionais ou pessoais. (Bisinella, 2016, pág.19)

Ou seja, a modalidade de ensino, mesmo que erroneamente, é vista como uma forma reparar o descompromisso, a negligência e a exclusão para com pessoas

das camadas populares que sofreram e ainda sofrem processos intensos de opressões.

Segundo ponto de discussão: quem são os alunos da EJA? E a resposta torna-se quase que unânime entre as dissertações: são sujeitos que tiveram o direito à educação negado e, em consequência deste, tiveram uma vida de negações; sujeitos esses que, por alguma carência socioeconômica, não conseguiram dar continuidade à vida escolar; mulheres que engravidaram cedo demais e não tiveram outra escolha a não ser a maternidade; indivíduos que foram obrigados a escolher o trabalho para a própria sobrevivência e hoje tentam conciliar os dois. Rocha (2022, pág. 75) conclui que “O público da EJA é um público diverso, jovens, adultos, idosos, que além da diferença de idade, possuem também diferentes culturas, vivências, crenças [...]”.

Em resumo, podemos concluir que os alunos que fazem parte desta modalidade enfrentam desafios significativos, carregando experiências negativas e um sentimento de não pertencimento e, por isso, apresentam particularidades que demandam atenção. No entanto, é crucial ressaltar que as suas características não se limitam a esses aspectos desafiadores. Esses alunos possuem conhecimentos adquiridos ao longo de suas experiências, tornando-se indivíduos com potencial e contribuições únicas para a comunidade educacional.

3. EGRESSOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE A PARTIR DE DISSERTAÇÕES.

As políticas de inclusão voltadas à promoção do acesso e permanência dos egressos da EJA na educação superior é um tema emergente no contexto nacional. Desta forma, analisamos como essa questão se expressa nas produções acadêmicas, localizadas e selecionadas na base de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.

A Educação de Jovens e Adultos dispõe de uma história marcada por desafios e obstáculos, refletindo em uma trajetória de lutas e negações ao longo do tempo. Devido a essa jornada complexa, a inserção da EJA na educação superior é um processo que ainda está em construção. As pesquisas analisadas desempenham um papel importante ao representar uma parcela desse percurso,

revelando as experiências dos egressos da EJA que buscam o ensino superior. Contudo, é fundamental considerar que essa história ainda tem um longo caminho a percorrer e muitos aspectos a serem desenvolvidos.

Abaixo, a relação dos estudos utilizados para análise e comparação da temática pesquisada.

Quadro 1: Produções científicas da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações sobre EJA.

TÍTULO	AUTOR	ANO	INSTITUIÇÃO	OBJETIVO
Trajetórias dos egressos da EJA na transição para o ensino superior: um estudo a partir do PROUNI (Caxias do Sul 2005-2014).	Patricia Borges Gomes Bisinella	2016	Universidade de Caxias do Sul	Analisar as trajetórias de egressos de EJA e sua possível transição para o Ensino Superior, buscando interpretar os diversos ecos que surgem ao longo de sua vida escolar.
Acolhida e permanência de egressas e egressos EJA - PROEJA no ensino superior: auto(trans)formações possíveis.	Ivani Soares	2019	Universidade Federal de Santa Maria	Analisar a permanência de egressos dos programas EJA/PROEJA no Ensino Superior e quais são as estratégias utilizadas pelas instituições para que, além do acesso, esse público tenha suporte para se manter dentro da instituição de ensino.
Tecituras de vida dos egressos da Educação de Jovens e Adultos no contexto da Universidade do Estado da Bahia - Campus Caetitê/BA: dos móveis aos suportes materiais e simbólicos.	Roberta de Jesus Muniz	2020	Universidade Federal de Santa Catarina	Compreender quais os suportes materiais e simbólicos que sustentam a formação e permanência dos sujeitos egressos da EJA.
As vozes das mulheres da EJA: um olhar voltado para a inserção no Ensino Superior.	Brenda Generoso de Lima Rocha	2022	Universidade Federal de São Carlos/SP	Analisar narrativas de três mulheres egressas da EJA e quais foram os elementos transformadores e excludentes que influenciaram o ingresso no ensino superior.
Narrativas Dinâmicas de si: da Educação de Jovens e Adultos à Universidade de Brasília.	Rafael Veloso Mendes	2022	Universidade de Brasília	Investigar as narrativas de estudantes egressos da Educação de Jovens e Adultos inseridos na UnB.

Fonte: Salu. G. R. R. (2023).

As dissertações quase que, por unanimidade, buscam compreender e identificar quais são as políticas públicas voltadas para a inclusão e permanência ofertadas pelas instituições de ensino para os ingressantes, oriundos da educação de jovens e adultos, na transição para o ensino superior. Além disso, traçam um padrão para os sujeitos que recorrem a esta modalidade, sendo ele na maioria das vezes, de pessoas socioeconomicamente desfavorecidas.

Os estudos apontam a importância das políticas de cotas como fator indispensável na promoção do acesso à educação superior. Porém, flexibilizar apenas o ingresso nas instituições de ensino superior não é suficiente para garantir que esses alunos permaneçam com sucesso nos seus estudos. Isso nos leva a considerar as ambiguidades presentes nos objetivos dessas políticas, que muitas vezes se concentram exclusivamente na fase inicial da graduação, sem levar em consideração os contextos e fatores que podem influenciar a permanência desses estudantes.

Para uma compreensão mais aprofundada, é fundamental empreender análises e pesquisas que não apenas desmistifiquem essa abordagem, mas também identifiquem os fatores que corroboram para essa realidade. Para isso, concentramos nossa atenção, a fim de identificar, nas pesquisas, possíveis fatores que pudessem nos ajudar a compreender melhor esse contexto.

De acordo com o estudo realizado por Bissinela (2016), ainda que existam políticas públicas destinadas a auxiliar no acesso e permanência dos estudantes da EJA no ensino superior, essas estratégias precisam ser repensadas e reestruturadas. Para a autora, os resultados obtidos demonstram estar abaixo das expectativas. Além disso, ela discorre sobre a importante contribuição que as instituições têm quando exprimem um olhar sensível aos estudantes, acolhendo-os no ambiente acadêmico, tanto no que diz respeito a relações pedagógicas quanto a políticas públicas.

Soares (2019) enfoca questões relacionadas a acolhida e permanência desses sujeitos no ensino superior. A autora direciona a discussão discorrendo sobre as expectativas, as dificuldades, as vivências, os preconceitos e a evasão. Busca também investigar a permanência e, sobretudo, o sucesso acadêmico dos egressos e egressas da EJA dentro dos cursos de licenciatura da UFSM, considerando todos os sentimentos de exclusão que permeiam esse público.

O estudo realizado por Rocha (2022), analisa, a partir de narrativas de mulheres egressas da EJA, como decorreu o processo de transição para o ensino superior. A pesquisa propõe uma análise dos elementos excludentes e transformadores a partir dos relatos, levantando reflexões sobre o papel do professor, redes de apoio e machismo nas relações sociais. Os resultados da pesquisa demonstram que as políticas públicas destinadas a amparar os estudantes egressos da Educação de Jovens e Adultos precisam de melhorias, uma vez que, não contemplam a permanência de todos os sujeitos, principalmente, de mulheres.

Muniz (2020), enfoca questões semelhantes àquelas analisadas por Rocha (2022) e Bissinela (2016), a autora busca compreender quais são os suportes materiais e simbólicos que sustentam a formação e permanência dos sujeitos egressos da EJA no ensino superior. A autora identifica, analisa e discute como o alto índice de privatização da educação superior brasileira se conecta com a baixa demanda de ingressantes oriundos da EJA na rede de ensino. Isso acontece porque os indivíduos dessa modalidade, predominantemente, são pertencentes a camadas populares, ou seja, sujeitos esses que carecem de recursos financeiros necessários para investir nos estudos e, sobretudo, custear os gastos durante toda sua permanência em uma instituição.

O estudo realizado por Mendes (2022), desenvolve-se a partir da análise de narrativas de estudantes egressos da EJA que agora fazem parte do cenário acadêmico. A pesquisa analisa, de modo mais sensível, as trajetórias, motivações, elementos excludentes e suportes que acompanharam esses jovens nessa etapa. Além disso, o autor perspectiva sobre a carência de um olhar mais reflexivo que permeia as questões de acessibilidade no ingresso e manutenção da estadia na Universidade de Brasília. O autor pontua que apesar da existência de incontáveis barreiras que dificultam o acesso e, sobretudo, a permanência no ensino superior para os egressos da EJA, o mesmo demonstra-se esperançoso, afirmando que, ainda que lentamente, há passos que caminham rumo à mudança dessa realidade.

Observamos que as dissertações analisadas se concentram em duas esferas: a primeira diz respeito ao acesso às instituições de ensino superior, bem como a estruturação de programas que flexibilizam o ingresso. Os resultados revelam que além dos desafios que englobam a realidade educativa, principalmente, atrelados ao ensino superior, as desigualdades tornam-se ainda mais acentuadas devido ao fato

de os programas serem exclusivamente classificatórios e altamente seletivos. Neste cenário, quando perspectivamos sobre o aluno da EJA, isso torna-se ainda mais preocupante. Os estigmas entrelaçados a essa modalidade de ensino, os processos seletivos cada vez mais robotizados, o descaso do Estado com as escolas públicas, noturnas e periféricas e o despreparo docente contribuem para que esses alunos sequer pensem na possibilidade de ingressarem em uma universidade.

A segunda esfera se relaciona diretamente com a primeira e diz respeito ao incentivo à permanência oferecido aos estudantes no ensino superior, bem como a conclusão do mesmo. Muitos jovens não conseguem dar continuidade nos estudos e acabam abandonando a trajetória acadêmica por inúmeros motivos, e por isso, é imprescindível que seja garantido não somente o acesso, mas também levado em consideração a permanência.

[...] a expansão associada à democratização só se concretizar se tivermos a mesma proporção no crescimento de matrículas da população marginalizada socialmente, sobretudo os sujeitos da EJA e os sujeitos mais pobres das baixas camadas, possibilitando, para além da inclusão, a permanência e a conclusão desses indivíduos nos estudos. (Muniz, 2020, pág.65)

Esses estudos evidenciam que as políticas de inclusão possibilitaram um avanço significativo no acesso de jovens e adultos à educação superior pública e privada. Todavia, flexibilizar apenas o acesso não garante a permanência. Posto isto, afirmamos que é necessário levar em conta os possíveis contextos e fatores que podem afetar a trajetória acadêmica desses sujeitos.

4. CONCLUSÃO

A pesquisa colocou em evidência as complexidades enfrentadas pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) e os desafios persistentes em seu percurso, desde a fase inicial até o ensino superior. As desigualdades sociais acentuam esses desafios, uma vez que, grande parte deles estão relacionados a questões socioeconômicas.

Concluimos que o Brasil, carrega sequelas de um atraso causado pela exploração exacerbada, pelas negações aos direitos básicos que são garantidos, mas não assegurados, pelas incontáveis ações negligentes para com os povos das

camadas populares, pelas exclusões advindas de grupos dominantes e por uma série de tantas outras omissões e irresponsabilidades. Essas sequelas refletem diretamente nas políticas públicas tardias e pouco eficientes na educação, reproduzidas dentro das instituições de ensino, onde os estereótipos e preconceitos fomentam os complexos de inferioridade e invisibilidade.

Nossa análise constatou que inserção não significa inclusão. Para alcançarmos a equidade entre diferentes realidades e a qualidade do ensino a fim de garantir o acesso e assegurar a permanência no ensino superior, é necessário que políticas públicas sejam analisadas e reestruturadas. Garantir o acesso desses estudantes não é suficiente; é igualmente essencial garantir que eles possam completar seus estudos. Conseqüentemente, manter esses estudantes envolve uma implementação de medidas de apoio personalizadas, adaptadas às suas necessidades individuais, a fim de superar ou eliminar possíveis desafios e obstáculos que possam surgir durante o percurso acadêmico.

Apesar de identificarmos a necessidade de manutenção nos programas e ações de acesso e permanência, não afirmamos que os mesmos sejam ruins ou dispensáveis. Longe disso, o que acontece, é que para alcançarmos a equidade e, sobretudo, igualdade de oportunidades dentro do conjunto educacional, as estruturas dos sistemas de seleção precisam ser repensadas e reestruturadas, adequando-se à realidade e, principalmente, às especificidades dos concorrentes das camadas populares.

Por fim, concluímos que é necessário que a educação destinada a jovens e adultos deixe de ser vista como uma ferramenta “reparadora” e passe a ser vista como um direito básico de todo e qualquer cidadão. Além disso, o Estado também precisa assumir seriamente a responsabilidade de acompanhar e se atentar às demandas advindas das transformações sociais, uma vez que a sociedade evolui na mesma medida que suas necessidades.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2021: notas estatísticas**. Brasília, DF: Inep, 2022.

BISINELLA, Patricia Borges Gomes. **Trajetórias de egressos da EJA na transição para o ensino superior: um estudo a partir do PROUNI** (Caxias do Sul 2005-2014). 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul/RS. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/handle/11338/1982>. Acesso em 2 set. 2023.

ROCHA, Brenda Generoso de Lima. **As vozes das mulheres da EJA: um olhar voltado para a inserção no Ensino Superior**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos. São Paulo. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/17207>. Acesso em 10 set. 2023.

MUNIZ, Roberta de Jesus. **Tecituras de vida dos egressos da Educação de Jovens e Adultos no contexto da Universidade do Estado da Bahia - Campus Caetitê/BA: dos móveis aos suportes materiais e simbólicos**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216101>. Acesso em 29 set. 2023.

MENDES, Rafael Veloso. **Narrativas dinâmicas de si: da educação de jovens e adultos à universidade de Brasília**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília. Brasília/DF. 2022. Disponível em:

<https://bdtd.ibict.br/vufind/Author/Home?author=Mendes%2C+Rafael+Veloso>.

Acesso em: 05 out. 2023.

SOARES, Ivani. **Acolhida e permanência de egressas e egressos EJA-PROEJA no ensino superior: Auto(trans)formações possíveis**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação,

Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria/RS. 2019. Disponível em:
<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/18643>. Acesso em: 09 out. 2023.